

Divida Externa

□ & NEG

Brasil promete pagar juros de US\$ 1,2 bilhão

ESTADO DE SÃO PAULO

21 NOV 1990

Proposta do governo brasileiro inclui lançamento de títulos com 15 anos de prazo

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro ofereceu um pagamento de US\$ 940 milhões de juros atrasados aos bancos credores até o fim do ano, mais US\$ 290 milhões do montante a vencer no primeiro trimestre de 1991. Em troca, o Brasil quer um acordo sobre os termos de uma renegociação do estoque da dívida externa. De acordo com a proposta brasileira, o restante dos juros seria capitalizado por meio de um título de 15 anos, com uma carência parcial por um período de cinco anos, durante os quais apenas uma pequena parcela de juros seria desembolsada. Esses títulos teriam uma remuneração fixa de 15%.

Segundo fontes financeiras, a nova oferta brasileira representa um avanço em relação à primeira, feita no mês passado, mas não agradou aos bancos tanto pelo conteúdo como pela forma como foi apresentada. "Ela é um avanço porque pelo menos põe algum dinheiro sobre a mesa", disse um executivo de um grande banco americano. "Mas os

bancos insistirão num pagamento inicial maior antes de concordar em capitalizar juros em atraso."

Sob apertadas regras de sigilo, o Comitê dos Bancos reuniu-se na manhã de ontem em Nova York para avaliar a proposta e à tarde encontrou-se com representantes do governo para dar uma resposta. Ao contrário do que ocorreu com a proposta inicial, uma nova oferta brasileira não deverá ser rejeitada sumariamente pelos credores. "Ela pode servir de base para um compromisso, mas isso só acontecerá quando o governo aumentar o pagamento de juros atrasados para a casa dos US\$ 2 bilhões", disse um executivo.

Os bancos e os governos credores intensificarão as pressões sobre o governo Collor para obter novas concessões, indicaram fontes de Washington.

A oferta brasileira representa um pagamento de 15% dos juros relativos a empréstimos que estão sendo efetivamente honrados pelos tomadores brasileiros com o Banco Central, mas apenas 10% da conta total de juros acumulada até 31 de dezembro. Há estatais, como a Eletrobrás, que não estão depositando no BC os cruzeiros referentes às suas obrigações externas. O pagamento de US\$ 290 milhões cobriria 25% de

juros a vencer entre janeiro e março.

Os bancos haviam pedido o pagamento de um terço de US\$ 9,3 bilhões de juros em atraso e 50% da conta do primeiro trimestre de 1991 e oferecido a capitalização do restante por meio de um bônus de cinco anos, sem carência e a juros de mercado.

Os bancos, especialmente os americanos, que detêm 33% da dívida, insistirão num pagamento maior porque acreditam que US\$ 2 bilhões de juros pagos e negociações efetivamente deslanchadas são os argumentos mínimos de que eles precisam para tentar convencer autoridades reguladoras a adiar uma segunda declaração forçada de 20% de perda de suas carteiras brasileiras, prevista para fevereiro.

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, recebeu sinais claros em Washington, na semana passada, de que o bloqueio dos empréstimos para o Brasil no Banco Mundial e no BID e o congelamento do acordo com o FMI serão mantidos até que o País ofereça um pagamento de juros aceitável para os bancos. Nos organismos internacionais, a oferta de pagamento de juros feita pelo governo reforçou a impressão de que a equipe econômica cometeu um grave erro de cálculo político ao adiar esse gesto até agora.